

REPERCUSSÃO DA IMAGEM-SERTÃO EM UM BRASIL: O TERRITÓRIO ALÉM DO RANCHO, DO POUSO E DAS TROPAS

Margarida do Amaral Silva*

RESUMO: O presente artigo procurou desenvolver, de modo multilateral, uma análise sobre a representação sócio-histórico-cultural da imagem-sertão no contexto brasileiro, com o enfoque específico para o território que configura o estado de Goiás. Assim, destacando-se o rancho, o pouso e as tropas, são considerados alguns dos elementos que integram simbolicamente os conjuntos identitários abarcados pelos espaços daqueles aos quais denominamos “sertanejos”.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem-sertão; Territórios (in)tangíveis; Processos identitários.

ABSTRACT: The present article looked for to develop, in multilateral way, an analysis on the partner-description-cultural representation of the image-hinterland in the Brazilian context, with the specific approach for the territory that configures the state of Goiás. Thus, being distinguished the farm, the landing and the troops, some of the elements are considered that integrate symbolically the identitários sets accumulated of stocks by the spaces of those which we call “sertanejos”.

KEYWORDS: Image-hinterland; Territories (in) tangible; Identitários processes.

* Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás/UEG-Anápolis (2001), especializando-se em Literatura Brasileira/Universo (2003) e Metodologia do Ensino Superior/UEG (2005). É mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, pela Universidade Católica de Goiás/UCG (2008). Atualmente, é aluna regular da primeira turma do Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás/UFG e, paralelamente, cursa doutoramento em Psicologia (Análise e Evolução do Comportamento), pela Universidade Católica de Goiás/UCG. Profissionalmente, é servidora pública federal pertencente ao quadro efetivo da Universidade Federal de Goiás e, ainda, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás.

1 SOBRE SERTÕES E LUGARES (IN)TANGÍVEIS

O sertão possui elementos constitutivos de sua denotação que demarcam os traços legítimos da identidade cultural, de modo mais específico, dos territórios brasileiros que configuram o “interior”, o distante, o desabitado e o vasto e esquecido. Na vasta literatura brasileira sobre o sujeito integrado ao território sertanejo, evidencia-se o emprego de recortes vocabulares e expressões que tendem, geralmente, a singularizar hábitos¹ e demarcar origens (como rastros contidos na memória das sociedades)².

A maneira do indivíduo “ser” no mundo está enraizada nas expressões humanas, sendo descortinada por meio das *coisas* que nossa cultura dispõe para explicar as especificidades do grupo social como soma de práticas coletivas. Inicialmente, a recordação - a lembrança - pode reiterar o homem no tempo e no espaço, por evocar no ator social elementos significativos de densas histórias³.

De fato, as formas dos objetos que nos rodeiam têm este significado. Não estávamos errados ao dizer que eles estão envolta de nós, como sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos. São imóveis somente na aparência, pois as preferências e hábitos sociais se transformam e, quando nos cansamos de um móvel ou de um quadro, é como se os próprios objetos envelhecessem. [...] Assim, se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. [...] Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável. (HALBWACHS, 2006, p. 158 *et seq.*).

¹ “O seu corpo, em que está inscrita uma história, casa-se com a sua função, quer dizer, uma história, uma tradição, que ele nunca viu senão encarnada em corpos ou, melhor, nessas vestes ‘habitadas’ por um certo *habitus* [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 88).

² Sobre a memória – individual e coletiva – em interfaces com o tempo (a história), ver Halbwachs (2006).

³ Sobre as lembranças, ver Bosi (2006), no capítulo Memória-sonho e memória-trabalho, no qual a autora explora os estudos de Bergson e Halbwachs sobre tal temática.

No cerne desta questão pode ser situado o entendimento do que seja a “cidade no sertão” e o “sertão na cidade”. Dessa forma, se vai além da busca pela origem geo-histórica de ocupação dos territórios, pois se passa pelos processos que definem as identidades, os gestos e os falares. É preciso dar relevo para onde menos se observa, isto é, é preciso deixar emergir a palavra pela *fala que narra, que ouve e que vê*. Os registros do passado estão por toda parte, e, talvez por isso, se percam no tempo: rememorar é reemendar pedaços de *estórias e histórias*.

Por este princípio, torna-se indispensável compreender que os lugares são formas vazias. Mas, “essas formas tendem a se preencher sempre da mesma maneira, ao agregarem conteúdos, primeiro contingentes, depois repetidos, reificados” (BARTHES, 2001, p. 69). E tais conteúdos se fazem matéria na constituição do patrimônio⁴ – material e imaterial –, deixando latentes os símbolos e a *possibilidades do lugar*. É pela ressonância⁵ dos bens patrimoniais, tangíveis ou não, que a matéria representacional de *sentidos humanos* se faz carregada de certa ambiguidade, tornando os conceitos atados aos dados captados pelos “olhos dos indivíduos”.

Para Comte (*apud* HALBWACHS, 2006, p. 157), o que se denomina usualmente de “equilíbrio mental” resultaria do fato de que “os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade”. Em companhia das suas próprias representações (ou marcas), o homem sempre sentiu segurança na suposta estabilidade espacial que se sugere. O apego material passa a refletir, de fato, o consenso de que “as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso *eu*” (Idem).

O indivíduo e o espaço, ao longo da história da humanidade, conduziram uma vasta trama de relações geográficas, políticas, econômicas, sociais, psicológicas etc. Ao abandonar, de modo relativo, o nomadismo, o ser humano manteve-se *vivo* ao conceber patrimônios (i)materiais edificados em territórios demarcados. O imaginário fora estruturado no espaço que,

⁴ A Política Patrimonial Brasileira foi historicamente descrita por Lima Filho (2006, p. 23-24), que destaca os Decretos n. 25, de 1937, e n. 3.551, de 2000, a Lei n. 3. 924, de 1961, além das Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1988, como instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural brasileiro material e imaterial.

⁵ A eliminação, contudo, da certa ambiguidade que margeia os patrimônios culturais “pode colocar em risco o seu poder de ressonância”, explica Gonçalves (2005, p.19, grifo nosso), lançando mão de uma reflexão de Greenblatt: “por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”.

como via de mão dupla, “retém e governa” indivíduos, apesar de sempre tê-lo feito por outras configurações.⁶

[...] o espaço humano em geral (e não somente o espaço urbano) sempre foi significativa. A geografia científica e, sobretudo, a cartografia moderna podem ser consideradas como uma espécie de obliteração, de censura que a objetividade impôs à significação (objetividade que é uma forma como outra qualquer do imaginário). É, antes de falar da cidade, gostaria de lembrar alguns fatos da história cultural do Ocidente, mais precisamente da Antigüidade grega: o habitat humano, o “oekumene”, tal como podemos entrever através dos primeiros mapas dos geógrafos gregos [...]. Anaximandro, Hecateu, ou através da cartografia mental de um homem como Heródoto, constitui um verdadeiro discurso, com as suas simetrias, oposição de lugares, com suas sintaxes, seus paradigmas. [...] Se, do espaço geográfico, passarmos agora ao espaço urbano propriamente dito, lembrarei que a noção de *Isonomia*, forjada para a Atenas do século VI por um homem como Clístenes, é um conceito verdadeiramente estrutural pelo qual apenas o centro é privilegiado [...]. Nessa época, tinha-se da cidade uma concepção exclusivamente significativa, pois o conceito utilitário de uma distribuição urbana baseada nas funções e nos empregos, que prevalece em nossos dias, aparecerá tardiamente. [...] é estranho que paralelamente a todas essas concepções formalmente significantes do espaço habitado, as elaborações teóricas urbanistas não tenham concedido, até hoje, senão um lugar bastante reduzido aos problemas da *significação* - natureza significativa do espaço urbano. (BARTHES, 2001, p. 219-121).

Pelas referências espaciais, os registros humanos tem posto em evidência, por exemplo, as representações do que se pode chamar de *imagem-serveção*. Conforme o pensamento de Bachelard, as concepções acerca do espaço são alimentadas pela existência plural de uma *imagem poética* e sua

⁶ “No Brasil, como em outros lugares, os homens pré-históricos dependiam extremante das *condições geográficas* em relação a suas andanças, ao seu tipo de alimentação e à fabricação dos instrumentos necessários a sua sobrevivência. Como conseqüência, em cada região, os grupos humanos, pertencentes a uma tradição cultural, têm de se adaptar às condições locais diversas, enquanto que etnias diferentes, encontrando-se em meio ambiente semelhante, terão grande possibilidade de apresentar respostas culturais convergentes. Portanto, é muito importante o conhecimento do contexto (paleoecológico) dos homens pré-históricos para interpretar as semelhanças (resultado de difusão, ou de adaptação?) e as diferenças (de origem cultural, ou resultantes das imposições da natureza local?) constatadas” (PROUS, 1992, p. 35, grifo nosso).

repercussão (que ocorre pela difusão da palavra). Aliás, em geral, a palavra-imagem é a liberdade “que o ‘espírito’ toma com a natureza”, pois estes são “os jogos da fantasia”⁷.

No entendimento bachelardiano, “a liberdade não aumenta a linguagem e não tira a linguagem de seu papel utilitário - são realmente *jogos*”. Para este autor a “imaginação desprende-nos ao mesmo tempo do passado e da realidade, abrindo-nos para o futuro” (BACHELARD, 2005, p. 17 *et seq.*). Ao se adotar tal análise, tornar-se compreensível que é devido à *imaginação*, sublimada pela *palavra*, que os espaços são louvados, discutidos, percorridos. Por isso, “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente à mensuração e à reflexão do geômetra, é um espaço vivido, pois no reino das imagens, o jogo entre o exterior e a intimidade não é um jogo equilibrado” (BACHELARD, 2005, p. 19).

E, neste caso, as narrativas que correspondem ao “produto do olhar” sobre os territórios dos sertões brasileiros, podem se estender a uma reflexão cadenciada para além da figura do *rancho* e das *tropas* que, em paralelo, são imagens de referência para marcar o advento de muitas cidades do Brasil. Em conjunto com *serras*, *caminhos*, *pousos*, *boiadeiros*, *muare*s e *violas*, muitas impressões individuais-coletivas foram lançadas sobre o espaço dos *sertões*. Irrigadas memórias demarcaram as identidades de muitos grupos sociais, inclusive, pela literatura e pelas narrativas (re)configuradas em palavras nas “imagens nas lembrança”.

[...] É como se as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. (HALBWACHS, 2006, p. 71 *et seq.*)

Em Bernardo Elis (1988), por exemplo, pel’ *O Tronco*, é notória a apresentação da imagem-sertão pela palavra que envolve a captação do espaço como uma lembrança. Na “intimidade dos seres” está designada a

⁷ Cf. Bachelard, *A poética do espaço*, 2005, p. 2. “A imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo próprio. [...] Portanto, é quase sempre no inverso da causalidade, na *repercussão*, tão agudamente estudada por Minkowski, que acreditamos encontrar as verdadeiras medidas do ser de uma imagem poética. Nessa *repercussão*, a imagem poética terá uma sonoridade de ser. O poeta fala no limiar do ser. Assim sendo, para determinarmos o ser de uma imagem teremos de sentir sua *repercussão* [...]”.

atração pelo “mundo exterior”, ou seja, pelo lugar que se pretende desvendar, nos caminhos percorridos em sertões a dentro⁸.

Pelas serras e pelas bocainas o pirai estala e os burros gemiam, levando no lombo pisado os costais de mantimentos, roupa de cama, trem de cozinha e munição. A serra de Jaraguá com suas matas ricas ficou para trás; o rio Maranhão com sua caudal soturna foi transposto. *Pelos caminhos do sertão, incertos caminhos cortados no mato ou no cerrado, a caravana avança sempre ao sol e ao sereno.* No deserto sem fim, as cidades e os povoados são minúsculas ilhas distantes umas das outras dezenas de léguas. Os sítios ou fazendas, quando existem, são como navios perdidos no ermo. Para todos os lados galopa o oceano da campina, da floresta ou cerrado, por onde as estradas são tortuosos e indecisos riscos meios apagados na poeira e na lama. Itaberaí, Jaraguá, São José do Tocantins ficam para trás. Há mais de mês que a comissão nomeada pelo governo estadual para abrir inquérito sobre os acontecimentos do Duro, marcha pelo sertão. *Quando saiu de Goiás, a comitiva era pequena [...] Por sobre montes, vales, rios e chapadões a comitiva avança no rumo do Duro* (p. 60).

Nas noites secas, em torno da fogueira do pouso, os homens reuniam-se. *Opromotor Imbaúba pegava o violão e se punha a cantar modinhas, lentas e chorosas, aprendidas em Salvador, no seu tempo de estudante, ou aquelas em voga em Goiás.* “Quando vivemos a sonhar amores/ Quando não temos a ilusão perdida,/ Quando noss’alma não padece dores/ Morrer é triste! Como é doce a vida!” [...] Ali, à luz vermelha da fogueira, entoava outra canção: “Margarida vai à fonte/ Margarida vai à fonte/ Vai encher a cantarinha./ Brotam lírios pelo monte,/ Margarida vai à fonte/ Vai à fonte e vem sozinha.” (p. 61, grifo nosso).

Entretanto, pela ampliação semântica de *Pelo Sertão*, de Affonso Arinos (1898), construída no final do século XIX, as andanças ganham uma gama complementar de complexidades. O elemento sertanejo, que segue “o caminho das tropas”, abriga-se em *ranchos de pousos*, conduzindo *cargas*, diversificando o olhar e a atração pelos amplos espaços vazios do Brasil⁹.

À beira do *caminho das tropas*, num tabuleiro grande, onde cresciam a canela-de-ema e o pau-santo, havia uma tapera. A velha casa assombrada, com escadaria de pedra levando ao alpendre, não parecia desamparada. [...] E quem não fôsse vaqueano naqueles sítios, sem dúvida, estacar diante da grande porteira escancarada, inqui-

⁸ Cf. Elis – nascido em Corumbá de Goiás –, *O Tronco*, 1988, p. 61.

⁹ Cf. Arinos – nasceu em Paracatu, interior de Minas Gerais –, *Pelo sertão*, 1898, p. 87.

rindo qual o motivo por que a gente da fazenda era tão esquiwa que nem ao menos aparecia à janela quando a cabeçada da madrinha da tropa, guiava os cargueiros pelos caminhos de fora. Estestando com a estrada, o largo *rancho* de telha, com grandes esteios de aroeira e moirões cheios de argolas de ferro, abria-se ainda distante da casa convidando o viandante a abrigar-se nêle. Muitas vezes, os *cargueiros* das tropas ao darem com o rancho, trotavam para lá, esperançados de *pouso*, bufando, atropelando-se, batendo uns contra os outros as cobertas de couro cru [sic] (p. 27-28, grifo nosso).

Por último, a imagem-sertão também se faz vislumbrada pela “palavra” de Hugo de Carvalho Ramos (1998) – lançada em primeira edição no ano de 1917 - que, em *Tropas e Boiadas* sertanejas, arraigou uma literatura singularizada pelo uso dos “sentidos sertanejos” (de modo peculiar, na escrita). A visão deste autor atua, nos fundões dos sertões, com a missão de atribuir movimento aos *tropeiros*, *boiadeiros* e *roceiros*¹⁰ de territórios segregados e marginais da Nação.

Também, já ia o moço *tropeiro* beiradeando os trinta e quatro, e desde rapazote batia as estradas comerciais do velho Goiás [...]. De Pirenópolis a Araguari, em Minas, de passagem por Corumbá, Antas, Bela Vista e mais *vilarejos do interior*, transportando do sertão dos Pirineus, couros e fumo, trazendo das praças mineiras as variadas manufaturas, ninguém como ele mais estimado e procurado para um ajuste de frete, dada a segurança da sua *tropa* – mais garbosa e luzidia naquelas alturas – e o zelo sempre alerta que punha no resguardo da *carga*. [...] Assim, antes que a madrugada fosse amiudando, sobre a verde louçania dos serrotes apurpureassem os primeiros listrões de aurora, já na trempe do *rancho*, sob o buriti do olho-d’água, se *pousavam* ao relento, chiava o caldeirão do cozinheiro, preparando café e a rapaziada toda fazia roda, pronta a bater o encosto da vargem, ao campeio habitual da *mulada* [sic] (RAMOS, 1998, p 55 *et seq.*, grifo nosso).

É sempre arriscado desconsiderar as *interfaces* dos discursos e dos falares, pois a linearidade da “fala” provém do foco pelo qual são constituídas premissas culturais. Em uma tentativa de interpretação de realidades, portanto, não há como deixar de mencionar os fatores associados à individualidade e à coletividade, ambas com prerrogativas implícitas na constituição dos discursos. A linguagem e seus elementos atribuem à *mensagem*

¹⁰ Cf. Ramos – nasceu na Cidade de Goiás [inicialmente, Vila Boa], *Tropas e Boiadas*, 1998, p. 10.

também um tônus persuasivo, socioculturalmente singular e, ao mesmo tempo, plural.

A preocupação com a fala e também com a comunicação escrita no passado merece ênfase. Da mesma forma que a história da cultura popular, e etnografia histórica da fala envolve uma mudança dos atos comunicativos de uma minoria para os de todo um povo. Tal qual a cultura popular, é difícil encontrar fontes que sejam ao mesmo tempo ricas e confiáveis, mas as fontes para a história do falar existem. (BURKE, 1995, p. 17).

Porém, o que se pretende não é dissecar o homem que compõe as imagens dos sertões, pelo uso da palavra-imagem - um instrumento cultural. Procura-se relevar que, pela *palavra*, a diversidade que abrange os territórios-sertões amplia-se, de modo considerável, havendo o “eco dos significados da fala do outro” no além dos espaços sertanejos.

Ao postular o *sertão* como categoria de espaço privado, tendo em vista o *rancho* e o *pouso*, há de se pressupor a existência de um território, conforme Certeau¹¹. Há, assim, o “corpo que dispõe de um abrigo fechado onde pode estirar-se, dormir, fugir do barulho, dos olhares, da presença de muitas pessoas, garantindo suas funções e seu entretenimento mais íntimo”.

Histórias deslembadas do *sertão*, que aquela lua acinzentada e friorenta de inverno, envolta em brumas, lá no céu triste e carregado, insuflava perfeita verossimilhança e vida animada. Pela maioria, contos lúgubres e sanguinolentos, eivados de superstições e terrores, passados sob o clarão embaçado daquela mesma lua acinzentada e friorenta de inverno, no seio aspérrimo das *solidões goianas*. Acocorados à sertaneja sob a copa desfolhada do *pouso* - um jatobá gigantesco - “aquestavam” fogo, a pestiscar baforadas grossas dos cigarrões [sic] de palha, *ouvidos atentos ao narrador*.(grifo nosso).¹²

Se a visualidade do espaço também está arraigada na palavra-imagem, retém-se nesta todo o compêndio representacional dos *territórios das palavras*. E esta “casa da palavra”, que é o comportamento do homem governado pelo mundo de dentro e de fora de si, legitima o fato de que o sertão, realmente, “está em toda parte”.

¹¹ Cf. Certeau; Giard; Mayol, *Invencção do cotidiano*, 1996, p. 205, “Este território privado, é preciso protegê-lo dos olhares indiscretos, porque cada um sabe que o mínimo apartamento ou moradia, revela a personalidade de seu ocupante”.

¹² Trecho do conto de Hugo de Carvalho Ramos (1998, p. 37), intitulado *À beira do pouso*, contido no livro “Tropas e Boiadas”.

2 TROPAS DE MUARES E CARROS DE BOIS NA HISTÓRIA DE GOIÁS: DO POUSO À CIDADE

O fato da história de edificação das cidades integrar categorias multifacetárias e por elas traçar um perfil representacional para a edificação dos centros urbanos, faz-se instigante para o vislumbamento dos suportes da história goiana a partir de determinadas terminologias representacionais¹³. Análises acerca do “imaginário sobre os sertões” pouco enfatizam os significados implícitos nos processos de apropriação humana dos territórios do Brasil central. Mais especificamente no caso de Goiás, o que se tem perpetuado é uma história oficial nos discursos sobre a ocupação dos espaços. Em geral, o território brasileiro tão somente se torna evidenciado enquanto lugar de memórias e identidades formalizadas pelos processos enviesados, principalmente, nas vias de colonização e exploração aurífera.

A princípio, aqui será desconsiderada a *história* que se engendra nas “bandeiras” (demasiado retratada nos enredos oficiais). O que se almeja é refletir o espaço e sua apropriação por aquele que – de modo sincrônico ou posterior (anteriormente?) de um dito “descobrimto de nossas terras” – “pousou” nas paragens goianas com tropas e boiadas. Representar-se-á o *caminhante dos sertões* como um indivíduo complexo, com caminhos percorridos (também a partir de ações expansionistas) calcados na força da tração animal, que tornou possível o enfrentamento da imagem-sertão nos sertões-reais¹⁴.

Quando o Brasil ainda não avia caminho de ferro nem estrada de rodagem; quando o *carro de bois*, gemendo nos cocões, era veículo preferido para o transporte de cargas em terreno pouco acidentado; quando os cami-

¹³ “Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela História, não teremos a velocidade necessária, em nosso próprio consciente, para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro, pois grande parte dos nossos atuais planos, sem exceção de muitos daqueles que se orgulham de serem ‘avançados’ e ‘progressistas’, constituem pouco engraçadas caricaturas mecânicas das formas urbanas e regionais que ora se acham potencialmente ao nosso alcance” (MUMFORD, 1998, p. 9).

¹⁴ “*Tropa* é termo genuinamente brasileiro com essa significação etimológica. Moraes, no seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, foi talvez quem primeiro assim se referiu a esse vocábulo, consignando-o com o seguinte verbete: ‘térmo do Brasil, bestas de carga, que fazem o transporte de mercadorias, onde não há vias férreas, ou fluviais, e seguem com os seus condutores como que em caravanas.’ O mesmo dicionarista registra o derivado *tropeiro*, dizendo ser ‘térmo do Brasil, condutor de tropas; homem que viaja com cavalgaduras de carga, e cáfila, onde não há vias férreas e fluviais, negociante que compra e vende tropas de muares.’” (GOULART, 1961, p. 63-64).

nhos nada mais eram do que os espaços naturais entre as árvores ou não passavam das trilhas abertas pelos carregadores humanos e pelas patas da gadaria; quando uma população escassa pulverizava-se numa base física de imensas proporções; quando os núcleos de ocupação se perdiam na vastidão da hinterlândia brasileira, foi a *tropa d'mares*, silenciosa e heróica, varando sertões, atravessando ravinas, rasgando matas, vadeando rios, galgando paredões escarpados, equilibrando-se em abruptos declives, que assegurou – e manteve – a circulação de produtos e de mercadorias, canalizando vida e civilização para o grupos humanos que se haviam enfiado Brasil a dentro. (GOULART, 1961, p. 15, grifo do autor).

Há de se relevar os agentes que possibilitaram a constituição da cidade goiana a partir do rancho - e do pouso/pousada e das tropas - que, nos percursos longínquos da *História de Goiás*, alicerçou a constituição das cidades. Logo, este emaranhado representativo da imagem-sertão pode suscitar “nova luz” para a compreensão dos atos de ocupação territorial, sobretudo, porque podem compor uma história singular. Em especial no caso brasileiro, com marcas tangíveis (rancho, pouso e tropas) de existências/vivências/memórias nos sertões.

Assim, ao se estender o olhar para o advento das *cidades sertanejas*, a situação se torna complexa pelo conjunto que tange a (i)materialidade daqueles lugares. No caso goiano, quase sempre o rancho, que compunha a estrutura do pouso (muitas vezes juntamente com a venda), derivou a *corrutela*, instituída *arraial* e/ou *povoado*, que, posteriormente, foi legitimado como *vila*, e que depois tangenciou a homologação da *cidade* e/ou *município*.

corrutela. S.f. 1. V. *corruptela*. 2. Brás. GO. Pequeno arraial formado por garimpeiros na entrada das terras virgens aonde vão a procura de diamante: “Na torre ficava um relógio, luxo exagerado para um corrutela” (Bariani Ortêncio, *Vão dos Angicos*, p. 14). (FERREIRA, 1989, p.486, grifos do autor); **arraial.** [De *ar*⁻¹ + ant. *real*, hoje *real*, ‘do rei’.] S.m. 1. Acampamento (2), especialmente de tropas. 2. Lugar onde se juntamromeiros, onde há tendas provisórias, barracas de comestíveis, de jogos e diversões, e ornamentado, com música etc. 3. *P. ext.* Festa popular com barracas de comestíveis, jogos e diversões, etc., semelhante ao arraial (1). 4. Povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, com a lavra de minérios ou metais raros, etc. 5. *Bras.* Aldeola, lugarejo (Ididem, p. 168); **povoado.** [Part. De *povoar*.] Adj. 1. Em que se formou povoação. • S.m. 2. Pequena aglomeração urbana; lugarejo, vila, aldeia, povoação, povo, póvoa: De *povoados* à beira-mar nasceram modernas cidades (p. 1375); **vila**¹. [Do lat. *villa*.] S.f. 1. Povo-

ação de categoria superior á de aldeia ou arraial e inferior à de cidade. **2.** Os habitantes da vila (1). **3.** Conjunto de pequenas habitações independentes, em geral idênticas, e dispostas de modo que formem rua ou praça interior, por vis de regra sem caráter de logradouro público; avenida. **4. Bras.** Qualquer conjunto de casas que tenha características análogas às da vila (3): *Vila Militar, Vila Kennedy* (no Rio de Janeiro). [Dim. Irreg.: *vileta, vilela, vilota*, dim. deprec.: *vilório, vilória*.] (Ibid., p. 1776); **cidade.** [Do lat. *Civitate*] S.f. **1.** Complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i. e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe. **2.** Os habitantes da cidade, em conjunto: *A cidade* saiu à rua para aclamar os heróis. **3.** A parte mais antiga ou mais central de uma cidade. **4.** O centro comercial. **5. Bras.** Sede de município, independente do número de seus habitantes (p. 403); **município.** [Do lat. *municipiu*.] S.m. **1.** Circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores; municipalidade, conselho. **2.** O conjunto dos habitantes do município (1); municipalidade. (FERREIRA, 1989, p. 1171).

Provavelmente, neste ponto, torna-se necessário conceder o devido destaque a um importante aspecto elementar da *história brasileira*. Trata-se do fato de que os agrupamentos urbanos de Goiás (assim como os de muitos outros estados brasileiros) possuem sua estrutura geo-política fundada numa distância média de 35km a 50km entre cidades. É possível afirmar, afinal, que esta distância era a proporção diária que – entre extremos e de forma planejada - seria percorrida pelos conjuntos de muares (guiados por tropeiros, carreiros, garimpeiros e demais *sertanejos*) no decorrer de um dia, a fim de que o arranchamento dos grupos pudesse ocorrer antes do anoitecer.

É evidente que as cidades edificadas, em grande parte do *território sertanejo* do Brasil (nos sertões de dentro e de fora), em geral, são produtos histórico-culturais da ocorrência de longas *jornadas*. E este “caminhar pelos sertões” caracteriza-se, no espaço-tempo, como um registro dos dias de trabalho das tropas ou dos carreiros, nos longos roteiros mercantis engendrados pelos *desertos* deste país.

A partir das *incursões ao interior*, os primeiros arraiais e roças foram estabelecidos, visando à manutenção das expedições. Conforme atesta Monteiro (1995, p. 90), em casos de expedições mais abrangentes e longas “eram estabelecidos nos sertões pequenos ou roças, situados em pontos estratégicos, com vistas a abastecer os sertanistas. Eventualmente, continua o mesmo autor,

alguns desses arraiais se desenvolviam em povoados, sobretudo nas rotas para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso”. (REZENDE, 2000, p. 49).

Foi a cadeia de relações existentes entre *homem, mercadoria e espaço* que promoveu a dispersão de grupos humanos por todo o território nacional, o que designou memórias e identidades da “gente brasileira”. O burro e o boi, com ênfase, foram os personagens que arrastaram os largos suportes estruturais e simbólicos de edificação das cidades, guiados pelo *caminhheiro* dos ásperos sertões-reais.

A invenção do carro de rodas e a exploração de forças animais, principalmente a sua adaptação à tração dos veículos, foram marcos miliários na marcha evolutiva da humanidade. Com essa máquina e com essa força motora, os povos iniciaram as grandes conquistas da civilização de que hoje somos felizes usufrutuários: tão útil a primeira e tão prestimosa a segunda que até os dias que correm não se pode prescindir de seus serviços em grandes áreas do planeta que habitamos. Restringindo-nos ao carro tirado por bovinos, um dos mais antigos veículos utilizados pelo homem, sobretudo nas fainas rurais, verifica-se, antes do mais, que ele não é um instrumento de cultura universal. O seu domínio geográfico, desde a mais alta antigüidade, se limita a determinadas regiões da terra. [...] Na América, o “carro cantador”, trazido pelos colonizadores portugueses e espanhóis, é encontrado ainda hoje no México, nas repúblicas da América Central, em ilhas do arquipélago das Antilhas (Taiti), em quase todos os países da América do Sul, principalmente na Bolívia e em quase todo o Brasil. (SOUZA, 1958, p. 95/97, grifo nosso).

No contexto sertanejo, o rancho abrigou “cada tropeiro que ia chegando, e batendo seus lotes e fazendo seu beco, tudo debaixo do rancho”, porque havia respeito “ao horário do tropeiro arrancar” (MAIA; MAIA, 1981, p. 68-70). Após o passo a passo lento das longas viagens pelos sertões, “surgia o *rancho*, para o necessário *reponso*”¹⁵.

Os tropeiros que, em Araújo (2003, p. 15), são caracterizados como “grupos de homens transportando regularmente manadas de gado vacum, cavalari ou muar pelas tropas” residiram, por séculos, nos “meandros

¹⁵ “A grande cobertura em que se constituía um *rancho* tinha geralmente a forma retangular. Não havia paredes, mas apenas os fortes esteios de graúna e jacarandá, sustentando a armação do telhado, toda ela de paus roliços. Para o caibramento eram muito procurados a jicara, o jacaré e a casca-de-arroz, por serem longos e retos. As ripas eram sempre de jicara, resistentes e duradouras, e a cobertura era de sapé ou telha comum, de canal. Em todo rancho, havia uma série de estacas fora da cobertura, onde os burros eram amarrados dois a dois, para serem descarregados e desencangalhados” (MAIA; MAIA, 1981, p. 70).

subliminares” da vasta rede de relações mercantis no Brasil. Devido a isso, estes *caminheiros* devem se alocar com notoriedade na constituição da imagem-sertão nos vastos territórios nacionais, derivando aos *lugares* brasileiros uma amplitude de signos e de significados.

O *pouso*, em geral, ficava em uma fazenda, à beira da estrada. Era um grande *rancho* aberto, coberto de sapé ou telhas comuns. Ao seu lado havia um grande cercado, onde os animais deveriam ser soltos para passar a noite. Chama-se “potreiro”, e era sempre servido por um córrego ou ribeirão. O dono do rancho era conhecido como “rancheiro”. Cumpria-lha a manutenção da construção modesta. Verificava o estado e a firmeza das estacas, corria as cercas, mandando, de quando em quando, limpar os pastos. O mais consistia semente cobrar o pouso, o que, mesmo para a época, era “considerado bastante barato”. O pagamento era feito por “cangalha” [...] devido apenas as bestas de carga. Nada se pagava pelo pouso da égua madrinheira nem da besta do arreador, e muito menos pelo pouso dos homens. (MAIA; MAIA, 1981, p. 68).

Nos discursos atuais sobre os sertanejos, ainda é imprescindível que sejam remontadas reflexões sobre o fato de que a *prática do trabalho*, nos territórios brasileiros, era pautada na relação do homem com o seu ambiente, de modo que fossem “produzidas instituições como campo de realização dessas práticas”¹⁶. Mas, tais instituições são meramente o compêndio de estruturas alocado precisamente em um espaço-tempo. E isso é o que vem a caracterizar determinado modo de atuação no mundo, através do trabalho.

Logo, especialmente no caso de Goiás, a prática de indivíduos reais contribuiu para engendrar o elemento humano *local* nos enredos históricos, econômicos e culturais. De maneira particular, foram singularizadas diversas práticas do existir dos *sertanejos* tendo em vista, sobretudo, que se tratava de trabalhadores em sertões-reais¹⁷.

¹⁶ “A prática é a inter-relação sujeito-sujeito (entre elementos institucionais) e a relação sujeito-objecto (da esfera das instituições com a natureza). [...] Uma instituição é uma instituição em relação; a relação é a produção de instituições; e a relação é prática. Assim, não há prática não institucionalizada” (BERNARDO, 1991, p. 17).

¹⁷ “A população é uma abstração se se desprezam, por exemplo, as classes de que se compõe. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia, se se ignoram os elementos sobre os quais repousam, como por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, o dinheiro (a mercadoria), o preço etc.” (MARX *et al.*, 1992, p.165).

A primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de fato comprovável é, portanto, a organização corpórea desses indivíduos e, como consequência disso, seu comportamento em relação ao resto da natureza. [...] Podemos distinguir o homem dos demais animais pela consciência, pela religião, ou pelo que se quiser. Porém, o próprio homem se diferencia dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este condicionado pela sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (MARX, 1992, p. 169).

As dimensões da cidade goiana, então, são aqui reconsideradas como erigidas, em grande parte dos casos, no contexto do *ranch*o e do *pos*ouso. E estas imagens estão compostas interativamente ora por tropas, ora por boiadas e, com ênfase, pelo elemento portador de cultura, o homem. Os centros urbanos destes *interiores do Brasil* expõem-se como vias de um espaço de mobilidade. A natureza histórico-social que fundamentou os processos de transformação da cidade goiana, agora, desprende “nova conotação” no âmbito dos discursos sobre os espaços do Brasil ditos “sertanejos”¹⁸.

Há nesta análise, portanto, uma máxima que reside no fato de que a *tropa* e o *carro de bois*, assim como o rancho, o posouso, o tropeiro e o boiadeiro ou vaqueiro¹⁹, figuram como signos elementares na formação da identidade regional de Goiás e de diversas outras regiões de Nação brasileira. Desde os primeiros estudos sobre os registros de existência das tropas e dos carros de bois (essencialmente no território sul-americano), ficaram evidentes também que há múltiplos processos de constituição identitária que emergem do todo sócio-histórico brasileiro. Consequentemente, o produto da ação humana nos sertões fica em voga, mas em diferente tônica, porque é expresso em uma imagem-sertão composta pelo *ranch*o no *pos*ouso e

¹⁸ Há de se considerar, sobre o surgimento da ‘cidade goiana’, embora não seja o enfoque primeiro, que o desenvolvimento associado à expansão urbana do estado de Goiás, que se deu a partir do interesse humano pela internalização no sertão do Planalto Central, foi dimensionado, conforme Chaul e Duarte (2004, p.12)), por três fases: “uma primeira fase, em que as cidades surgem casualmente dos sítios mineradores; segue-se o período das cidades-patrimônio (os povoados da pecuária/agricultura e da cultura rústica) e um ciclo de planejamento urbano com as cidades da *estrada de ferro*, da expansão dirigida por Goiânia e mais tarde por Brasília”.

¹⁹ Para L. C. Cascudo (2001, p. 55), o boiadeiro é aquele que, para guiar a boiada, vão cantando, “para serem desta sorte seguidos pelo gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as, e tendo cuidado, que não saiam do caminho e se amontoem... Nas passagens d’alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra às reses o vão, por onde hão de passar... ao homem que seu cavalo guia a boiada, oito mil réis”.

pelos percursos das tropas nos territórios que outrora eram “de todos e de ninguém”.

A entrada da cidade dos sertões brasileiros na *História*, por outro enfoque e para além do mito bandeirante, pretende apresentar que os caminhos nos/pelos sertões-reais não se restringiram a um processo de captação dos recursos materiais de que a natureza é depositária. Há, também, um retrato dos moldes através dos quais os indivíduos são capazes de fazer circular produtos imateriais, no contexto de muitas sociedades. A (re)criação de hábitos e a apropriação de espaços passam a sedimentar, inclusive, perspectivas outras para as questões de alteridade e de identidade cultural.

O carro de bois, nesse tocante, como o “primeiro veículo que rodou em terras do Brasil”, realça o eixo central da sociedade brasileira, por viabilizar processos de expansão da presença humana ao longo do território nacional. Na medida em que fomentou a expansão urbana, por muitos séculos, o carro de rodas também foi (i)materializando, disseminando e (des)unificando usos e costumes (identidades e memórias) no variados recantos do Brasil²⁰.

Transportando materiais de construção e produtos da terra – o pau-brasil, madeiras, a cana-de-açúcar entre os primeiros –, mercadorias e pessoas, surpreendendo-lo nos primórdios da nossa ‘civilização’, representando papel relevante na sua função de único meio de transportes pesados por terra, ligando ademais os estabelecimentos humanos, isolados ou agrupados [...]. Na construção de vilas e cidades, no estabelecimento dos primeiros domínios rurais, na exploração das riquezas florestais, nos labores das primeiras culturas aparece sempre o pesado veículo de duas rodas maciças tirado por bois, que foram dentre os primeiros animais introduzidos pelos colonizadores no Brasil. [...] Esteve presente, o carro de bois, em toda a mobilização da nossa riqueza econômica, senão até em toda a nossa “evolução” social. (SOUZA, 1958, p. 103).

Em geral, quando se lida com os produtos culturais das ações humanas, é impossível realçar apenas os seus remanescentes físicos pelos espaços, porque a cultura faz-se também intangível e processual. As práticas culturais sofrem contínuos processos de ressignificação que, para Mumford (1998, p. 11), “agitam-se entre dois pólos: movimento e repouso”. O autor reitera, ainda, que “em todos os níveis da vida, troca-se mobilidade pela segurança ou, ao contrário, imobilidade pela aventura”.

²⁰ Ver Souza (1958, p. 101), no capítulo intitulado *Introdução do carro de bois no Brasil e suas primeiras utilidades*.

Esta tendência humana em oscilar-se entre fixação ou repouso e a mobilidade ou movimento é um eixo para as afirmativas sobre a função primeira dos tropeiros e boiadeiros (tropas e comitivas de carros com tração animal) na história de formação das aglomerações humanas no Brasil. Nesse sentido, as contribuições dos *homens do passado* são ainda mais significativas porque evidenciam os processos de “superadaptação” do sujeito, pela presença/ausência de mobilidade espacial nos sertões nacionais.

Pode-se dizer que o Brasil é um país de intensa mobilidade espacial. A origem da colonização brasileira e a afirmação do uso de um território para produzir bens para a economia internacional, formando uma economia extravertida, criou um território cindido. Inicialmente, a cisão se deu em dois sentidos: o litoral e o sertão; o Norte e o Sul. Posteriormente, essa cisão se desdobrou formando o que alguns autores chamam de modelo de arquipélago. Ou seja, em cada uma de suas fases históricas, a montagem da sociedade brasileira no território nacional criava o que Milton Santos (1992) chamava de zonas opacas e zonas luminosas. O fato é que o País não era cindido apenas na sua estrutura territorial e nas dimensões temporais dos diferentes lugares e regiões. A cisão essencial é, desde o princípio, social. (RODRIGUES; CHAVEIRO, 2007, p. 33, grifo nosso).

Pensar a “morada coletiva” a partir dos moldes do *rancho* ou do *pouso* simplesmente evidencia que nada, nas sociedades, é alheio à dinamicidade²¹. E isso se comprova na própria história constituída a partir dos aglomerados rurais-urbanos brasileiros e na composição humana que neles se fazia presente. No entanto, a dissolução material que o tempo proporciona à matéria não deve ser estendida aos campos da representação sem a compreensão de que a memória e a identidade também residem nas pessoas, que a resguardam pela *transição dos sentidos nas palavras*.

A composição humana das sociedades é o que a fundamenta, restringindo-as ou expandindo-as suas configurações e conotações. Em se tratando de Brasil, tem-se por tendência ignorar os grupos que fizeram parte da “cultura de aldeia” - incorporada à unidade urbana e sócio-cultural do Estado-Nação, a partir de denominações como *rancho*, *pouso* (pousada), *corrutela*, *arraial*, *povoado*, *vila* e *cidade*²².

²¹ A morada coletiva é, para Mumford (1998, p. 12), o que aproximou os seres humanos da chamada “vida civilizada” e, por consequência, da ciência dos meios de ‘edificação’ de cidades.

²² “Por toda parte, a *aldeia* é um agrupamento de famílias, variando talvez entre meia dúzia e três vintenas, cada qual com o seu próprio lar, seu próprio deus doméstico, seu próprio oratório, seu próprio cemitério [...]. Falando a mesma língua, encontrando-se sob a mesma

Os “tipos humanos” portadores de diversificados perfis identitários, com ênfase na cadeia histórica de transição do pouso para a cidade, se fizeram presentes para diferir e unificar sistemas sociais dentro do um mesmo contexto humano. Este é um dos eixos para se promover o caráter multidiversificado daqueles aos quais se definiria, mais tarde, como “cidadãos”.

A composição humana da nova unidade (a cidade) tornou-se mais complexa; além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se na cidade e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado, em um ou outro ponto da seção do vale: de todos esses tipos originais, desenvolvem-se ainda outros grupos ocupacionais, o soldado, o banqueiro, o mercador, o sacerdote. Partindo dessa complexidade, criou-se uma unidade superior. (MUMFORD, 1998, p. 37-38).

No amplo território brasileiro, a transformação a longo prazo do pouso - do arraial, do povoado, da vila, ou quaisquer outras formas que assumem os conjuntos humanos aglomerados - em cidades, ressignifica o papel do “sujeito do trabalho” que antes, tão somente, veio a contribuir para o “desenvolvimento econômico” da Nação. Na História de agora, tropeiros, boiadeiros e carreiros refletem mais do que a força que consolida estruturas funcionais materializadas, pois são portadores sócio-históricos de práticas culturais ou representações simbólicas, neles e em seu grupo encerradas pelas Identidades-Alteridades.

O *tropeiro*, o *boiadeiro* e/ou o *carreiro*, por essa via, equivalem aos produtos-produtores de lugares-imagem pelos sertões do Brasil a fora. Esta é a *expansão* fora feita pelo percurso no espaço (i)material que abrigava paralelamente o mito e o novo. Representações fizeram-se ancoradas nos sertões-reais pela presença do elemento humano e do elemento animal, em igualdade elementar naquele contexto de sentidos. Ambos agiram como constituintes de um universo simbólico disseminado por outros tantos caminhos ou rotas de profunda diversidade territorial e cultural.

árvore [...], andando pelo mesmo caminho batido pelo gado, cada família segue o mesmo modo de vida e participa dos mesmos trabalhos. [...] Quem olha o rosto de seu vizinho, enxerga a própria imagem. Na maior parte, o tempo dissolveu a estrutura material da aldeia na paisagem: somente seus cacos e conchas podem reclamar permanência; mas a estrutura social permaneceu rija e durável, pois é baseada em preceitos ditados, histórias de famílias, exemplos heróicos, injunções morais, conservados como tesouros e passados sem deformação dos velhos para os jovens” (MUMFORD, 1998, p. 25).

A tropa de muares, como um sistema de transporte, já organizado, ficou restrita, praticamente, a determinada área do território nacional, ou mais precisamente, à parte central do Brasil. [...] Grupos de animais cargueiros foram muito comuns em todo o país; e até hoje são eles encontrados, pelos caminhos do interior, apesar do ritmo acelerado em que as rodovias e ferrovias estão penetrando a hinterlândia brasileira. Mas, com aquela característica que a diferenciava dos demais lotes de animais de carga, a *tropa de muares* foi sistema de transporte que, pode dizer, cingiu-se a uma área demarcada, embora imensa, qual seja a compreendida pelos atuais Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. [...] Onde se podia fazer transporte de carga em canoas, barcas e outros barcos, não se recorria a muares. Veja-se que mesmo o Rio Grande do Sul, o celeiro de mulas, que supriu por muitos anos as províncias do Norte, a tropa de muares não chegou a ser utilizada. Dada à suavidade da topografia, as populações do Extremo-Sul recorriam aos veículos de tração animal, como as carretas, carroções etc. (GOULART, 1961, p. 87 *et seq.*).

Por isso, ao se falar de Goiás, há de se considerar, no percurso da História, as teias de relações do homem com o território nos demais espaços e tempos brasileiros. Estas relações, por sua vez, são responsáveis pelo encadeamento de signos calcados nos lombos das tropas de muares²³ e carros de bois cargueiros²⁴ que recortaram os sertões do Brasil. O trabalho compôs enredos, redefiniu práticas e, de algum modo, as cristalizou nas paragens derivadas das *rotas de relações* (transporte, exploração e comércio – não nesta ordem) que edificaram cidades brasileiras.

O sertanejo do contexto atual, certamente pelos enredos dos quais é produtor e depositário, se comporta – com bastantes particularidades – como o “alegorista da cidade”, de Rouanet. O seu olhar tem sido “detentor de todas as significações urbanas, do saber integral da cidade, do seu perto e do seu longe – longe espacial –, do seu presente e do seu passado,

²³ “A tropa de muares, na sua amplitude, se constituía do grupo de animais – burros e bestas – muita vez somando dezenas deles, e o conjunto humano que integrava composto do *tropeiro*, dos *camaradas* e do *cozínheiro*. [...] Quando a tropa reuniu grande número de animais, ou se por qualquer outra razão, o tropeiro assim quisesse, incluía-se mais um elemento: o *arreeiro*. Sem a conjugação perfeita dos homens com os animais, entendendo-se, não havia tropa” (MUMFORD, 1998, p. 65).

²⁴ “O carro de bois foi o veículo usado no Brasil na condução de materiais para a edificação das primeiras povoações, vilas e cidades, e não deixou de ser também, em nossas origens, o veículo de transporte das primeiras riquezas que começaram a ser exploradas nas terras brasileiras” (SOUZA, 1958, p. 107).

reconhecendo-a sempre em seu verdadeiro rosto – um rosto surrealista”, através do qual o sertão é a *paisagem* da natureza e do seu lado interior²⁵.

Em Le Goff (2006, p. 207), lê-se que “a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo”, porque é o jogo de organização temporal que permite aos indivíduos (e aos seus grupos) desenvolverem as dimensões de sua própria história. O autor completa que, ao “tratarmos os acontecimentos que a história do nosso grupo social nos fornece, tínhamos tratado de nossa própria história, porque ambas se confundem” (LE GOFF, 2006, p. 210).

Compreender o tempo e o espaço, multilateralmente, é deixar o estado de repouso, recorrendo ao movimento das memórias que não cessam de se (re)configurar, no seio dos grupos humanos. No entanto, se o *viajante moderno*, criado por Baudelaire²⁶, “passeia pela cidade, não mais como peregrino, mas como *flâneur*”, íntimo das ruas e demais espaços urbanos, é porque os sente como parte sensível de seu próprio organismo vivo.

O sertão-imagem, aqui no território-Brasil, poderia vir a ser o espelho para qual o homem que nele reside, capta e repele - ou converge - as imagens e os ecos dos muitos lugares desertos que também abrigaram percursos de histórias e de sociedades. É neste momento que o viajante dos sertões-reais redescobre que a paisagem detém (re)significações humanas e que, diversas delas, são composições de *caminhos* para a serem trilhados para nossos *desvendamentos*.

3 ANDANÇAS PELO INTERIOR DOS SERTÕES DO BRASIL QUINHENTISTA

As andanças pelos sertões do Brasil, que edificaram cidades - advindas também da edificação de imagens do rancho no pouso - agora se complementam com a *história reflexiva* sobre percursos dos homens de tropas, em anexo à História que fora oficializada. É necessário, portanto, ex-

²⁵ Rouanet (1993 *apud* FREITAG, 2006, p. 33), em “Viagem no espaço: a cidade” explora a riqueza dos tipos alegóricos que Walter Benjamin criara.

²⁶ Cf. Freitag (2006, p. 32), *Teorias da cidade*. “O *flâneur* é o verdadeiro descobridor as cidade moderna do século XIX, criado em verdade por Baudelaire, mas transformado em herói sem caráter por Benjamin”. [...] [O *flâneur*] busca asilo na multidão [...]. A multidão é o véu através do qual a cidade familiar acena para o *flâneur*, como uma fantasmagoria. [...] Na rua ele observa os passantes que dão e recebem choques, movimentando-se na massa, como autômatos. Percorre as ruas, morada do coletivo, está em casa nelas como se tivesse em sua residência” (grifo nosso).

por analiticamente alguns dos enredos nos quais se dimensiona o sertão, principalmente, porque está cristalizado, na memória nacional, um foco quase exclusivo para o *sentimento bandeirista* de conquista e enfrentamento dos sertões. Tal situação confere ao estado de Goiás um enredo baseado numa estruturação geo-política e/ou espaço-temporal derivada, quase que totalmente, das frentes expansionistas bandeirantes.

Desde Euclides da Cunha - que narrou sobre *Os Sertões* através de uma visão bastante particularizada -, já fica nítida a tentativa de caracterizar o sertão e o sertanejo pela transcendência do olhar à presença do bandeirante e do jesuíta nos espaços nacionais, lançando mão, contudo, de um enfoque extensivo para outro elemento: o vaqueiro.

Bateram-lhe, por igual as margens (do São Francisco) o Bandeirante, o Jesuíta e o Vaqueiro e, quando mais tarde, maior cópia de documentos permitir a reconstrução da vida colonial, do século XVII ao fim do XVIII, é possível que o último, de todo olvidado ainda, avulte com o destaque que merece na formação da nossa gente. Bravo e destemeroso como o primeiro, resignado e tenaz como o segundo, tinha a vantagem de um atributo supletivo que faltou a ambos – a fixação no solo. (CUNHA, 1966 *apud* FRANÇA, 1979, p. 9).

É a partir de *histórias* como esta, de Euclides da Cunha, que se confronta e se complementa a *História*. Trata-se de uma busca constante de ressignificação de alguns enredos que se tornaram fragmentos de toda uma “tradição histórica” que indica a “origem” de muitas das sociedades do Brasil. Acima de tudo, “os bosques estão repletos de intérpretes entusiasmados” por uma análise sobre os cinco séculos de *enredos* com realces restritos à presença dos lusitanos e às ações expansionistas “documentadas”, nos espaços que figuram a Nação brasileira.

O movimento que defende uma concepção da organização da vida social em termos de símbolos (sinais, representações, *signifiants, Darstellungen...* a terminologia varia), cujo sentido (*sense, import, signification, Bedeutung*) devemos captar se quisermos entendê-la e formular seus princípios, cresceu em proporções assustadoras. Os bosques estão cheios de intérpretes entusiasmados. A *explicação interpretativa* – e trata-se de uma forma de explicação e não de algum tipo de glossografia exaltada – concentra-se no significado que instituições, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes – ou seja, todos os objetos que normalmente interessam aos cientistas sociais – têm para seus ‘proprietários’. [...] É a representação de esforços para formular conceitos que expliquem como este ou aquele povo, este ou aquele período, esta ou aquela pessoa,

fazem sentido para si mesmo, e, quando este processo torna-se claro, buscam explicações para a ordem social, para mudanças históricas, ou para o funcionamento psíquico de um modo geral. A investigação é orientada para casos, ou grupos de casos, e para os traços particulares que os distinguem uns dos outros; seus objetivos, porém, são tão amplos como os da mecânica ou da fisiologia: *identificar de que materiais é feita a experiência humana.* (GEERTZ, 2004, p. 37, grifo nosso).

As pessoas veiculam *representações* ou *tradições* fazendo com que as ações humanas sejam capazes de formatar enredos identitários específicos pelos espaços, de forma a “alimentar traços da cultura”. Então, em se tratando dos discursos sobre o povoamento do Brasil, em que local reside *a outra história* – aquela que nem sempre é lembrada – do homem que pisou no chão dos sertões brasileiros, coletando e transportando produtos, ora sincrônica e ora diacronicamente, ao “descobrimento bandeirante”?

Embora, *violando a rigidez dos tratados e, praticando arriscadas jornadas, pelos misteriosos e mortíferos sertões*, eles estavam obsecados; ora pela visão do El-Dourado²⁷, e da Manôa; ora atraídos por fantásticas serras de ouro, e córregos, forrados de pedras rebrilhantes. Uns vinham para cativar gentio; outros entravam para garimpar ouro aluvião. Poucos entraram com interesse científico ou humano; embora todos estivessem prestando um relevantíssimo serviço a nossa querida Pátria, (ARTIAGA, 1958, p. 11, grifo nosso).

Embora, autores como Roberto Simonsen (1952 *apud* SOUZA, 1958, p. 107), escrevam que “a tropa muar e a figura histórica do tropeiro como o grande segurador dos meios de comunicação”, tenha surgido nos séculos XVIII e XIX, poderíamos nos perguntar a qual tropeiro o autor se refere. Faz-se evidente, pelos amplos aspectos que margeiam as *histórias de andanças sertanistas*, bem antes do reconhecimento e profissionalização de agente das tropas, que os “sujeitos de comunicação dos sertões” já se caracterizavam como tal mesmo com total desconhecimento, por exemplo, da nacionalidade dos *caminheiros de tropas* e do *período histórico* em que realizam o “tropear pelo Brasil”.

²⁷ “A Região Norte, com o traçado serpenteado do rio Amazonas, representada na cartografia desde o século XVI, figura em mapas até o século XVII. Nas viagens de navegação por este rio, sob os comandos de Francisco Orellana (1542) e Pedro Ursua (entre 1560 e 1561), surgiu o mito expansionista do El Dourado. O nome Amazonas foi dado pelo capelão da viagem de Orellana, Gaspar de Carvajal, que falou da existência de mulheres guerreiras às margens do rio” (Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica – BN, 2008).

A própria História torna evidente que houve o *sertanista*, como um ancestral do histórico profissional em lidar com tropas, que esteve nos sertões-reais brasileiros a “investigar”, apropriando-se, delimitando, povoando, transportando, demarcando, circulando e explorando os territórios que viriam a configurar a Nação. A existência do sertanista, porém, abre ainda espaço para uma análise que compreenda, com profundidade, os *tradicionais discursos* que são disseminados no Brasil a respeito das “origens” do trabalho do tropeiro.

Os *tropeiros* têm suas origens nas vastíssimas regiões de campos cortados pelo Rio da Prata, desde cedo ambicionadas pelos colonizadores de *Espanha e Portugal*. Apoiados pelo Tratado de Tordesilhas, firmado com Portugal em 1494, os espanhóis deram-se por senhores da região e começaram a povoá-la. Estabeleceram-se na banda direita do estuário do Prata e começaram a espalhar povoações e inúmeras “haciendas” de gado. Essa ocupação, baseada em enormes propriedades particulares ou de ordens religiosas, como a dos Jesuítas, assegurava a defesa do território. Suas pastagens eram excelentes para a multiplicação do gado bovino, cavalar e muar – híbrido de jumento e égua. A mula tornou-se um negócio bastante rendoso e revolucionou a sistema de transportes de cargas na *América Espanhola*, pois não havia animal mais adequado para atender a esta necessidade nos montanhosos terrenos, onde se rasgavam as minas de prata. (ARAUJO, 2003, p. 15, grifo nosso).

Com constância, os enredos históricos evidenciam que “tropear era um modo de vida, uma atividade econômica e, antes de tudo, “um ganha pão”. Mas, como atividade lucrativa, era um grande negócio, muitas vezes, com um magro resultado” (ARAUJO, 2003, p. 31). Então, o vasto papel do homem que se bateu os (des)conhecidos sertões brasileiros demarcou o empenho humano na constituição prática da *história* econômica e social do Brasil, através do desvendamento de sertões-imagem pelos caminhos “de dentro” de uma constituinte Nação.

Em Capistrano de Abreu, no seu “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, são mensuradas colocações sobre a movimentação de massa humana, nos *desconhecidos caminhos brasileiros*. Para Capistrano (1988, p. 37), “o Brasil estivera entregue a degredados, a desertores, a traficantes de madeira que lhe deram o nome, e seu povoamento fora descurado inteiramente [...], e com o ano de 1535 se iniciou um movimento capital, que ainda hoje continua”. Sobre o “movimento humano” neste *desconhecido Brasil*, Souza (1958, p. 104 *et seq.*), por outra vertente, se propôs a evidenciar que “o aparecimento do primeiro carro de bois no Brasil ocorre na primeira

metade do século XVI”, sendo que “o transporte de material para as obras da cidade era feito por terra, em carro de bois [...] e que, no mínimo, em novembro de 1549, chiavam os primeiros carros pelos caminhos e ruas da nascente povoação”.

Diante destas premissas, é inevitável conferir à *História do Brasil* um perfil também atado ao giro de mercadorias que ocorreu em grande escala pelos *roteiros perdidos* no espaço-tempo brasileiro (por vezes ainda enraizados nas memórias dos remanescentes carreiros e tropeiros). A edificação de capital, pelo trabalho de extração das matérias-primas, contidas em diversas paragens, também compõe os enredos e as identidades histórico-culturais de nosso país. Aliás, até mesmo o nome da *Nação* foi derivado de ações dos *caminheiros* que, por estas terras, “tropearam” quando ainda não se possuía, na práxis, delimitações geo-políticas dos vastos territórios de um Brasil de “sertões bravios”.

Os caminhos das tropas, na imensidão do Brasil, designam à atividade humana dos *tropeiros* um tônus responsável pela estruturação de uma unidade nacional, frutificada na soma das mais diversas identidades entrelaçadas, culturalmente, numa almejada “unidade nacional”. Mas, neste ponto, há de se registrar que o *caminhar* pelos espaços geográficos, bem como a transposição e demarcação territorial, foram consumadas, via de regra, pelo emprego da tração animal²⁸.

Nesse sentido, Goulart (1961, p. 15) coloca que “quando os núcleos de ocupação perdiam-se na hinterlândia brasileira, foi a tropa de muares, varando os sertões, [...] que assegurou a circulação de produtos e de mercadorias, canalizando vida e ‘civilização’ aos grupos humanos que se haviam enfurnado Brasil adentro”.

O comércio de muares fez nascer o *tropeiro* na América, aliás, “tropero”, como se diz por lá. Tropa é um termo bastante antigo, tanto na língua *castelhana* quanto na *portuguesa*, porém, a sua associação a uma porção de animais agrupados e postos em marcha por grupos de homens, substantivados por tropeiros – signo de uma profissão, de uma ocupação –, nasceu nas *bandas do Prata*. (ARAÚJO, 2003, p. 15-16, grifo nosso).

²⁸ Cf. SOUZA (1958, p. 49-50), sobre o emprego da tração animal, constata que: “de um modo geral, pode-se afirmar que, nos primeiros tempos, enquanto o boi era o animal mais comumente usado nos transportes rurais, puxando os carros que levavam as colheitas para depósitos e celeiros, o cavalo e também a mula eram destinados ao tiro dos carros de guerra e dos veículos das cidades”.

Assim, ao sul do Brasil estão situados os *primeiros enredos* sobre, supostamente, “a primeira informação histórica que se tem a respeito da entrada de gado e do carro de bois em solo brasileiro”²⁹. Sobretudo, convém ressaltar que o estado do Rio Grande do Sul, pela sua localização - e pela presença histórica do Rio da Prata em seus enredos de povoamento, fronteira e deslocamentos humanos -, é destacado aqui por suscitar uma abordagem mais aprofundada no tocante dos “discursos históricos” nacionais.

Diante do exposto, faz-se imprescindível que sejam feitos delineamentos analíticos sobre *a história dos caminhos das tropas*, pois existiram, historicamente, vários agentes de produção e comércio de gado para o norte e interiores do Brasil, sendo que estes estavam situados em regiões diferenciadas do país. Devido à ampla configuração das informações sobre os “caminhos percorridos no interior do Brasil”, o que se requer é extensão a outros campos de abordagem deste tema.

A primeira rota regular ligando os campos sulinos às demais regiões do Brasil-Colônia foi o caminho aberto, no final do século XVII, entre as vilas de Sorocaba e Curitiba, pertencentes a então Capitania de São Paulo. [...] Os tropeiros propriamente ditos, isto é, como profissão, como uma das peças básicas do mecanismo de comercialização dos meios de transporte, estavam apenas começando, em embrião. Os animais dos campos de Curitiba, não se multiplicavam com a mesma intensidade com que eram procurados. Não conseguiam suprir um mercado tão vasto e em contínuo crescimento. (ARAÚJO, 2003, p. 23-24).

O ‘pai da pecuária goiana’, Antonio Ferraz de Araújo, concunhado de Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, chegou no ano de 1726 nas terras dos goyazes, com as primeiras cabeças de gado e alguns suínos trazidos de São Paulo, posteriormente vendidos a peso de ouro. Assim, a ancestralidade do gado goiano traz o DNA da primeira leva de vacum que desembarcou no litoral paulista. (GALLI, 2005, p. 11).

Na análise das abordagens sobre os *caminhos do interior brasileiro* há, ainda, um risco de unilateralidade quando se recorre, por exemplo, às afirmativas relacionadas ao fato de que, desde “o Tratado de Tordesilhas, em

²⁹ “Martim Afonso de Sousa, fundador da Capitania de São Vicente [...] enviou caravelas a Cabo Verde [...] para trazer as primeiras cabeças de gado vacum, cuja ancestralidade remonta ao continente africano, especialmente à Índia. Os animais desembarcaram em São Vicente, no ano de 1534. A segunda leva de gado vacum, também importada das Ilhas de Cabo Verde, aconteceu na administração do governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa (primo de Martim Afonso de Sousa), no ano de 1550. Porém, desta vez, o gado fora enviado para Salvador” (GALLI, 2005, p. 11).

1494, até 1750, o Rio Grande do Sul permaneceu como terra desconhecida”³⁰, assim como quaisquer outras regiões do território brasileiro. Portanto, é importante destacar que as identidades e as memórias contidas nos sertões do Brasil, de maneira escrita ou oral, reluzem informações que reafirmam a figura do tropeiro enquanto agente de comércio, comunicações e transporte em momentos diacronicamente diferenciados ao longo do percurso histórico nacional.

O tropeiro fora, entretanto, um agente unificador e proliferador simbólico na medida em que a sua presença nos sertões independeu, durante anos, de aspectos associados à idéia de Nação e às premissas sobre fronteiras. Então, aqueles que se propunham a enveredar pelos “desertos míticos com espaços desabitados e cheios de tesouros”, passaram a demarcar o imaginário sobre o “conteúdo” simbólico do Brasil.

Existem, por isso, enredos múltiplos (para além dos *oficiais*) que concorrem entre si numa tentativa de realçar o advento das trilhas que conduziram homens aos sertões-reais brasileiros. É quase que uma tentativa de estabelecer “marcas” certificadas dos remanescentes históricos do Brasil, a partir do mapeamento as ações outrora realizadas nos sertões nacionais.

Comércio de gado em pé, só por terra, pelo Planalto acima da Serra Geral, no extremo norte do Rio Grande do Sul, a sair em Curitiba, também planalto. Essa marcha trazia grandes vantagens: [...] possibilitando assim a *crecente exploração dos sertões* interioranos do sudeste brasileiro e o centro-oeste, [...] *articulando sertões*. (ARAÚJO, 2003, p. 24, grifo nosso).

No entanto, os caminhos desta reflexão também tendem a evidenciar a existência de muitos *significados dos sertões* dentro de “um mesmo mundo de coisas”, que é o espaço-tempo do Brasil. O comércio, como fomento da “força produtiva”, mediou o intercâmbio interno dos enredos humanos, nascidos em sertões brasileiros. As noções interpretativas, dependentes dos “olhos de quem vê”, passaram a transpor as barreiras (in)existentes do tempo. A cultura e a identidade, assim, como produtos dos homens - herdadas e ressignificadas por outros homens -, reiteram agora a permanência do signo sertão-imagem multidimensional, no âmbito da memória da Nação.

³⁰ Cf. GOULART (1961, p. 41), *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. O autor ainda complementa: “é bem verdade que a partir de 1635, ou pouco tempo depois, portugueses começaram a tomar maior contato com aquela região por meio de incursões bandeirantes; não há dúvida, porém, que até meados do século XVIII aquelas paragens viviam completamente abandonadas”.

O espaço e o tempo - e a palavra-imagem que nele foi (ê) edificada – estruturou os roteiros do homem no/pelo espaço, de modo que se transcenda e se ressignifique, constantemente, vários dos caminhos que a História se propôs a trilhar para conceder aos “enredos” conteúdos com (ir)relevância histórica. E a análise destes, certamente, pode reconduzir o olhar de muitos “intérpretes entusiasmados” aos pontos nos quais à *luz oficial* não fora lançada. Este ato deriva, por conseguinte, um alargamento às novas formas de manusear a palavra imortalizada pela escrita que designa, como dificilmente poderia deixar de ser, a interpretação como um fato de natureza histórico-cultural e psicossocial.

Artigo recebido em 20 de março de 2009

Aprovado em 22 de abril de 2009.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.
- ARINOS, Affonso. *Pelo sertão*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1898.
- ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás – Primeiro Tomo: relato da vida político-administrativa de Goiás, de 1592 a 1946*. Goiânia: [s.n.], 1958.
- ARAÚJO, Homero da Costa. *Caminho das tropas*. Florianópolis: Insular, 2003.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BERNARDO, João. *Dialética da prática e da ideologia*. São Paulo: Cortez; Porto – Portugal: Edições Afrontamento, 1991.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XVI AO XVIII. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Cartografia Colonial*. Disponível em: http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html. Acesso em: mar. 2008.
- BOSI, Ecléa. *Memória de sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BURKE, Peter. *Arte da conversação*. São Paulo: USP, 1995.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.
- CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: cozinhar e morar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio. *As cidades dos sonhos: desenvolvimento*

- urbano em Goiás. Goiânia: UFG, 2004.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ELIS, Bernardo. *O tronco*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FRANÇA, Basileu Toledo. *Pioneiros*. Goiânia: Líder, 1979.
- FREITAG, Bárbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.
- GALLI, Ubirajara. *Abistória da pecuária em Goiás: do primeiro gado (1723) aos dias de hoje*. Goiânia: UCG/Contrato Comunicação, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, v. 23, Patrimônio Cultural.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2006.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Maria (Orgs.). *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.
- MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Ofolclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: MEC-SEC/FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Universidade de Taubaté, 1981.
- MARX, Karl; DURKHEIM, Emile; WEBER, Max; PARSONS, Talcott. *Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Moraes, 1992.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Goiânia: Ed. UFG/Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.
- REZENDE, Tânia Ferreira. *Discursos e identidade etnocultural na comunidade de Pombal-GO*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- RODRIGUES, Uelinton Barbosa; CHAVEIRO, Eguimar Felício. O processo de ‘ir’ e ‘vir’. In: *Sociologia Especial: as cidades e a sociedade*, ano I, n. 1, p. 30-37, 2007.
- SOUZA, Bernardino José de. *O ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.